



7 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 18 de março de 2025

Bolsas Na segunda-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na segunda-feira	Salário mínimo	Euro Comercial, venda na segunda-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
1,46% São Paulo	123.863 12/3 13/3 14/3 17/3	R\$ 5,686 (-0,99%)	R\$ 1.518	R\$ 6,210	13,15%	14,02%	Outubro/2024 0,53 Novembro/2024 0,39 Dezembro/2024 0,52 Janeiro/2025 0,16 Fevereiro/2025 1,31
		Últimos					
		11/março 5,811					
		2/março 5,808					
		13/março 5,800					
		14/março 5,743					

CRESCIMENTO/ Mesmo em meio à política monetária restritiva, o indicador veio mais forte que o esperado, em janeiro, após a retração de 0,6% registrada em dezembro. Para especialistas, resultado influenciará decisão do Copom para Selic

PIB chega a 3,8% e pressiona o Copom

» RAFAELA GONÇALVES

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), considerado uma prévia do desempenho do produto interno bruto (PIB) brasileiro, registrou alta de 0,9% em janeiro sobre o mês anterior. Segundo os dados, divulgados ontem pelo Banco Central (BC), em comparação com janeiro do ano anterior, o IBC-Br teve alta de 3,6%, enquanto, no acumulado em 12 meses, passou a um avanço de 3,8%.

Mesmo em meio à política monetária restritiva, o indicador veio mais forte que o esperado. O resultado mensal mostrou forte recuperação após a retração de 0,6% registrada em dezembro. “Esse desempenho reforça um cenário de crescimento resiliente, puxado possivelmente pelo setor de serviços e por uma demanda interna ainda aquecida”, destacou Pedro Ros, CEO da Referência Capital.

O especialista avalia que o dado gera um dilema para o BC, diante da “necessidade de manter um aperto monetário para conter a inflação, enquanto o mercado esperava sinais mais claros de desaceleração”. “A tendência agora é uma política mais cautelosa na condução da Selic, equilibrando crescimento e estabilidade de preços”, disse, em referência à taxa básica de juros, que será definida na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), que tem início hoje.

O PIB encerrou 2024 com um crescimento de 3,4%, a expectativa entre analistas agora é de perda de força da economia, efeito do ciclo de alta dos juros. Para Jorge Kutz, CEO da Holding Grupo X, embora a alta tenha superado as expectativas do mercado, “é importante adotar uma visão cautelosa antes de considerar essa taxa como um sinal de recuperação econômica robusta”. Apesar da surpresa positiva, o crescimento ainda está sujeito a vários fatores de risco, como a inflação persistente, o impacto das políticas monetárias do Banco Central e a volatilidade externa”, destacou;

Segundo ele, a alta do índice pode ser atribuída a ajustes pontuais em setores específicos, sem refletir uma melhora generalizada da economia. “Por isso, ainda é cedo para afirmar que a tendência de crescimento será sustentável ao longo do ano, especialmente se as condições fiscais e políticas internas continuarem instáveis”, complementou.

Felipe Vasconcelos, sócio da Equus Capital, avalia ainda que o desempenho acima do esperado pode influenciar as próximas decisões do Copom. O próprio BC já sinalizou que haverá elevação de um ponto percentual, levando a Selic para 14,25% ao ano. “A manutenção desse patamar de crescimento do PIB por mais tempo que o antecipado pelo mercado coloca mais pressão sobre a inflação, que já foi impactada pelo aumento dos preços de energia elétrica, e coloca pressão adicional sobre o Banco Central para ajustar a política monetária”, observou.

Boletim Focus

O Boletim Focus, também divulgado ontem pelo BC, mostrou que a estimativa do mercado para a expansão da economia brasileira em 2025 caiu de 2,01% para 1,99%. Já a estimativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), em 2025, passou de 5,68% para 5,66%. Foi a primeira redução, em seis meses, nas expectativas para a inflação. Mesmo assim, o indicador permanece longe do teto da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que é de 4,5%.

Para Volnei Eyng, CEO da gestora Multiplike, o Boletim Focus trouxe um alívio no curto prazo, mas reforçou preocupações para o médio prazo. “A projeção do IPCA, para 2025, recuou para 5,66%, mas para 2026 subiu de forma significativa para 4,48%. Isso indica que o mercado ainda vê dificuldade no controle da inflação, mesmo com a taxa Selic mais alta”, destacou.

A mediana para a Selic ficou estável em 15% neste ano. Atualmente, a taxa está em 13,25%.

Reprodução/Redes Sociais



O indicador, calculado pelo Banco Central, mostra que, em janeiro, houve crescimento de 0,9% — percentual maior que o esperado

Economia mundial mais lenta

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) reduziu a previsão de crescimento para a economia mundial no próximo biênio. De acordo com o relatório, publicado ontem, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) global deve desacelerar de 3,2% em 2024, para 3,1% em 2025 e 3,0% em 2026.

O documento atribui essa desaceleração a “maiores barreiras comerciais em várias economias do G20 — grupo das 19 maiores economias do planeta, mais União Europeia e União Africana — o aumento da incerteza geopolítica e de políticas pesando sobre os investimentos e os gastos das famílias”, como razões para a redução das projeções.

No caso do Brasil, a estimativa passou de 2,3% para 2,1% em 2025 e foi reduzida de 1,9% para 1,4% em 2026. A desaceleração da economia foi atribuída à elevação de juros pelo Banco Central e por efeitos ao nível de atividade provocados pela alta de tarifas a aço e alumínio exportados aos Estados Unidos. “É esperado que a expansão no Brasil desacelere em relação ao seu recente ritmo rápido, pois o impacto do aperto da política monetária e das tarifas mais altas sobre as exportações de aço e alumínio para os Estados Unidos reduzirá o crescimento de 3,4% em 2024 para 2,1% em 2025 e 1,4% em 2026”, apontou o documento.

De acordo com a OCDE, as tarifas impostas pelos EUA e o

consequente efeito na demanda global devem limitar a expansão econômica brasileira, que já enfrenta os desafios internos de inflação e restrições ao crédito. “Quando o governo aumenta tarifas sobre produtos importados, tudo fica mais caro. Isso gera inflação, e para controlar a inflação, o banco central precisa subir os juros”, explica o economista Carlos Braga Monteiro, CEO do Grupo Studio.

Num cenário em que, a partir de abril, os Estados Unidos aplicariam 25% de sobretaxas a todos os produtos importados, o crescimento norte-americano cairia ligeiramente para 2,2% este ano e 1,6%, em 2026, contra projeções anteriores de 2,4% e 2,1%, respectivamente, alerta a OCDE.

“A estratégia de Trump pode acabar prejudicando os próprios EUA. Ao dificultar o comércio, as empresas americanas pagam mais caro por insumos, perdem competitividade e podem contratar menos. Ou seja, em vez de fortalecer a economia, ele pode acabar enfraquecendo o crescimento e o emprego”, aponta Monteiro.

Segundo ele, o problema não para por aí. “Se os EUA desacelerarem, o impacto se espalha pelo mundo, reduzindo comércio e investimentos globais. Para o Brasil, isso significa menos demanda por exportações, menos entrada de capital estrangeiro, o que pode pressionar o dólar e os juros”, disse. (RG e Agência Estado)



RAUL VELLOSO

(cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)

FICA MUITO DIFÍCIL RETOMAR OS TÃO ANSIADOS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA, SEM OS QUAIS O PIB (E, PORTANTO, O EMPREGO) NÃO VOLTAM A CRESCER A TAXAS RAZOÁVEIS, ALÉM DE MANTER A DÍVIDA PÚBLICA SOB CONTROLE VIA O PAGAMENTO EM DINHEIRO DE UMA PARCELA RELEVANTE DO SEU SERVIÇO

Rumo à estagnação do PIB e do emprego

Acaba de ser divulgado, com uma certa euforia em vários veículos da mídia, o maior superávit fiscal primário (isto é, a maior sobra de caixa antes de considerar o pagamento do serviço da dívida) da história recente, no caso de quase R\$ 105 bilhões, em janeiro, algo ao redor de 10,8% do PIB, o que pode ter deixado a falsa impressão de que estaríamos vivendo a maior folga possível na história recente da área fiscal. Ao mesmo tempo, não se levaram em conta áreas problemáticas, como a de que a arrecadação federal de janeiro teria desabado por conta de gre-

ve na Receita Federal, e também por não se ter ainda aprovado o Orçamento para 2025, ou sofrido por outros fatores desfavoráveis de cunho mais estrutural.

Nesse último contexto, cabe lembrar que o crescimento do PIB a taxas minimamente razoáveis requer uma expansão compatível das inversões em infraestrutura, onde percebe, em adição, que, enquanto os investimentos privados nesse segmento se vinham mantendo estagnados ao redor de 1% do PIB há bastante tempo, as taxas de crescimento das inversões públicas nessa área, tradicionalmente em

razoável expansão, passaram a desabar sistematicamente de uns tempos para cá, sinalizando uma nova fase de menor crescimento do PIB e do emprego à frente, algo que, ao contrário do que muitos poderiam deduzir com base no que comecei a dizer neste artigo, deveria nos estar preocupando bastante.

Aqui, basta perceber o elevado peso conjunto de apenas dois itens da família de gastos correntes, e que são super rígidos, no total do gasto não financeiro, que se situa hoje em 52,6%, basicamente Previdência e o BPC — este talvez o mais importante

programa da área assistencial, em contraste com o peso de 22,3% que ambos haviam registrado em 1987, um ano antes da edição da atual Constituição. Com tamanho peso desses itens, fica muito difícil retomar os tão ansiados investimentos em infraestrutura, sem os quais o PIB (e, portanto, o emprego) não voltam a crescer a taxas razoáveis, além de manter a dívida pública sob controle via o pagamento em dinheiro de uma parcela relevante do seu serviço.

O principal fenômeno por trás da desabada dos investimentos públicos em infraestrutura se refere à disparada dos gastos previdenciários em todo o setor público. Com base nos dados que pude obter para um

período mais recente, as taxas de crescimento real médio dos gastos previdenciários públicos se situaram, por ordem decrescente, em 12,5% a.a. nos municípios (em 2011-18); 5,9% nos Estados (2006-18); 5,1% no Regime Geral (2006-20); e 3,1% no Regime da União (2006-21). Em contraste, a taxa dos investimentos públicos de todos os entes em infraestrutura teria variado à média real de -1,5% em 2006-22.

Algo que poucos sabem é que a principal causa da debacle previdenciária é algo de natureza demográfica, vale dizer, a explosão da taxa de crescimento do número de idosos (ou acima de 65 anos, que determina o valor dos benefícios), que tem aconte-

cido não apenas em nosso País, em relação à da população em idade ativa (pessoas entre 15 a 65 anos, de onde se extraem os valores das contribuições). Só para ilustrar, estima-se que a primeira deverá alcançar 679% em 2050, comparativamente a 1987, enquanto a segunda chegará a 65,4%. A saída para essa muito difícil situação é nada simples, e costuma ser chamada de “equacionamento previdenciário”, isto é, zerar o passivo atuarial dos entes em causa via reformas de regras, aportes de ativos (leia-se: capitalização) ou o que seja, sem o que os novos e preciosos empregos jamais serão criados. (Entrarei em mais detalhes desse tema nas próximas colunas).